

# ATUALIDADE

## Leixões é o porto nacional mais eficiente

De acordo com a classificação do CCPI - Container Port Performance Index 2022, o Porto de Leixões ocupa a 175.ª posição e é o 43.º melhor na região da Europa/Norte de África. É considerado o mais eficiente porto a nível nacional. Destacando-se como o mais eficiente infraestrutura portuária do país, o Porto de Leixões é o principal porto exportador nacional em carga contentorizada, contribuindo para 7% do emprego e 6% do PIB nacional.

PRESIDENTE DA AIP ALERTA

# Comércio mundial muda com a desglobalização



José Eduardo Carvalho aponta para aumento de barreiras aduaneiras.

“Desaceleração e fragmentação da globalização, prevalecendo os negócios no interior dos blocos amigos, mas não um movimento acelerado de desglobalização; configuração de blocos geopolíticos com níveis homogêneos de protecionismo, defesa e autossuficiência que impõem e acentuam as barreiras aduaneiras e dificuldades à circulação de mercadorias; e acentuação das tendências de deslocalização da produção para locais mais próximos do consumo”, eis as tendências decorrentes da invasão da Rússia à Ucrânia, e que alteram a configuração do comércio mundial, conforme descreveu José Eduardo Carvalho, presidente da AIP - Associação Industrial Portuguesa, na sessão de abertura da conferência “Península Ibérica como Plataforma de Negócios: Europa, Ibero-América e África”, realizada recentemente em Cascais, perante uma plateia de mais de 120 empresários da América Latina, de Portugal e de Espanha, do presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras, e do secretário de Estado da Internacionalização, Bernardo Ivo Cruz.

O presidente da AIP afirmou

## Conferência otimizou sinergias de países ibero-americanos

A conferência “Península Ibérica como Plataforma de Negócios: Europa, Ibero-américa e África”, foi realizada no âmbito do 51.º Conselho Diretivo da AICO - Associação Ibero-Americana de Câmaras de Comércio que decorreu no início desta semana em Cascais, no auditório da Casa das Histórias Paula Rego. Dirigida a empresários e gestores, a conferência contou com a participação de oradores nacionais e internacionais e incluiu, entre outros, os painéis “Soluções para a crise energética: contribuições da Europa, América Latina e África” e “Portos Marítimos: conexões entre Europa, Ibero-américa e África”. Estas reuniões contaram com a presença da generalidade das Câmaras de Comércio de todos os países da América Latina, Península Ibérica e dos países da CPLP, bem como de representantes diplomáticos dos países que compõem a AICO e CPLP.

## COMÉRCIO MUNDIAL dividido em blocos geopolíticos restringe circulação de mercadorias

que se “verifica uma redução do volume do trading internacional privilegiando-se a segurança, a confiabilidade dos mercados e dos governos e a disponibilidade do produto em detrimento do preço” e que “Portugal e outras economias abertas terão poucas vantagens em que o mundo do comércio esteja dividido em blocos geopolíticos, com as consequências políticas de restrição de circulação de mercadorias”.

Para José Eduardo Carvalho, “poucos acreditariam, há um ano, que a Alemanha, o motor económico da União Europeia, e os restantes países da união conseguiriam, com maior ou menor dificuldade, ultrapassar no prazo de um ano a dependência energética da Rússia. Foi um feito notável da União Europeia e Portugal também está no bom caminho na transição energética”.

## Desafios para Portugal

O dirigente da AIP enumerou ainda os desafios que Portugal tem de ultrapassar na área da internacionalização: “alargar a base e a intensidade exportadora. Num universo de 498 mil, temos cerca de 25700 empresas que exportam regularmente. Reduzir o grau de concentração de exportações num só mercado e diversificar as exportações para mercados extracomunitários. Atualmente, 70% das exportações portuguesas estão concentradas nos mercados da União Europeia”.

José Eduardo Carvalho considera que “há um indicador externo da economia portuguesa que constitui um caso de estudo nos países da OCDE. Em 12 anos, o peso das exportações no PIB passou de 28% para 50%. Foi uma evolução invulgar. Ao longo destes anos aprendemos, com algum custo, que as economias não podem ter desequilíbrios muito acentuados na balança de transações correntes e que o consumo público e privado não pode ter um peso excessivo no PIB”.

## Portugal na liderança dos apoios à I&D

A Ayming acaba de lançar a nova edição do seu estudo anual, o The Benchmark 2023, que compara os diferentes benefícios fiscais à I&D em 25 países. A edição deste ano inclui uma novidade em relação a 2022, com a adição da Suíça ao estudo.

Entre os 25 países analisados, o esquema português SIFIDE volta a ser o mais vantajoso no que diz respeito à generosidade do incentivo, algo que tem sido constante nos últimos anos. O destaque passa pelo aumento desta liderança, uma vez que, segundo dados da Agência Nacional da Inovação (ANI), a generosidade do SIFIDE já anda próxima dos 50%, ou seja, cada euro de despesas em Investigação e Desenvolvimento elegível para o SIFIDE é, em média, financiado em 50% por este me-

## SIFIDE mais vantajoso entre 25 países

## APOIO FISCAL próximo dos 50%

canismo. O segundo classificado nesta métrica é o regime canadiano, a rondar os 35%.

Relativamente à facilidade de acesso, Portugal continua a ocupar, segundo o The Benchmark 2023, uma posição mediana na tabela, já que o SIFIDE se mantém como um incentivo muito exigente. Este dado reforça a necessidade de conhecer ao pormenor a legislação e a estrutura do mesmo, de forma a que as empresas portuguesas possam maximizar o aproveitamento da generosidade.

A liderança de Portugal no disputado terreno dos apoios à I&D, “tem sido habitual nos últimos anos, sendo que a tendência é de crescimento da generosidade do SIFIDE, que agora se situa perto dos 50%”, assinala Nuno Tomás, “managing director” da Ayming Portugal.

O SIFIDE permite às empresas recuperar uma parte do investimento realizado em projetos de I&D, em sede de IRC, com um limite máximo de 82,5%. A atual configuração do SIFIDE está em vigor até 2025, sendo que as candidaturas decorrem até ao próximo dia 31 de maio.